



**BAILLARGEON, Normand.**

*De que serve ser culto?*

**Rio de Janeiro: Editora Apicuri,  
2015. 152 p.**

Gunter Axt<sup>1</sup>

*Submetido em 30 de outubro e  
aprovado em 5 de novembro de  
2015.*

Nesse provocativo e bem-  
-humorado ensaio, Normand

Baillargeon – professor de Ciências da Educação na Universidade de Quebec, ensaísta, militante anarcosindicalista, colunista e colaborador de diversas revistas – retoma um palpitante debate. Numa época cada vez mais liquefeita pela aceleração da história, pela mundialização, pela fragmentação dos laços sociais, pela exacerbação do indivíduo narcísico, *sem gravidade* (como diria o psicanalista Charles Melman) e pela diluição das grandes narrativas, ainda há espaço para o humanismo libertário dos iluministas? Dentre as diversas questões postas pelo século XVIII, segundo o célebre historiador Robert Darnton, está a invenção dos intelectuais, como categoria profissional capaz de operar como reserva moral e fonte crítica da sociedade, timbrando notas dissonantes em meio ao consenso movediço e à polarização histriônica. Rousseau, especialmente, engajou-se numa espécie de revolução cultural, que pretendia *deselitizar* o saber, transcendendo a celebração

encartolada entre pares em direção à interlocução com o tecido social amplo, dissolvendo a tensão entre síntese e análise e contribuindo para o surgimento de novas visões de mundo.

Eis aí um dos motivos pelos quais, para muitos pensadores contemporâneos, vertente na qual Baillargeon navega, o Iluminismo se recusa a se tornar irrelevante, devendo ser reinterpretado, geração após geração. O Iluminismo propôs uma reengenharia social da realidade, professando uma confiança no matiz revolucionário e, sobretudo, na ênfase cultural das revoluções – não, certamente, no tosco sentido maoísta, mas na noção de mobilização de cultura, de transformação de valores, de atitudes, de falas, de comportamentos.

Nesse libelo, Baillargeon enfrentou o debate com linguagem descomplicada – como, aliás, o fazia Voltaire –, procurando dar materialidade à difusa noção de “cultura geral”, isto é, uma sensação, lastreada num suposto arcabouço de infor-

mações, que no plano do imaginário coletivo paira, se insinua, entre a alta cultura, a cultura popular e a cultura de massas, fixando cânones, marcos balizadores de um *habitus* (assim como concebido pelo sociólogo Pierre Bourdieu) para o trânsito social e político.

O objeto de análise pode parecer mais evidente em um país como a França, no qual o reles equívoco com o título de um clássico da literatura, se cometido por um ministro de estado, pode ser considerado deslize imperdoável, a ponto de lhe ameaçar o cargo. Mas no Brasil, onde presidentes da República apelam para jornalistas esquecerem o que eles próprios escreveram; se comprazem por terem alcançado a *curul* executiva sem jamais terem lido um livro; saúdam alegremente a mandioca como revolucionária invenção da civilização nacional e comungam com o milho; o debate pode parecer até insólito. Mas talvez, justamente por isso, deva ser encarado.

Partindo das consagradas

ideias de Jacques Le Goff e Maurice Halbwachs, para os quais a todo ato de lembrar corresponde um esquecimento, Baillargeon caracteriza com propriedade a cultura geral como classista, elitista, sexista, etnocêntrica e ocidentocêntrica. Num contexto no qual a posse da cultura geral se constitui em precioso capital e, ao contrário, em dolorosa fonte de alienação para os que não a manipulam, tendem a ser ignoradas as realizações da cultura popular; das culturas indígenas, negras ou periféricas ao centro do poder; ou, como mostrou Simone de Beauvoir, tendem a ser desprezadas as contribuições das mulheres para as instituições.

A percepção de que os silêncios dessa cultura geral contribuem para engendrar a continuação do imperialismo reverbera a partir de Guy Debord, que denunciava a banalização da cultura no mundo ultramoderno e sublinhava que a hegemonia econômica das sociedades detentoras do espetáculo tende a se afirmar sobre regiões subdesenvol-

vidas, explicando por que estas atribuem tanto valor às celebridades e manifestações culturais estrangeiras. Para o pioneiro educador Paulo Freire, padeceríamos de uma espécie de deletéria introdução da lógica hegemônica, de uma terrível identificação com o opressor. Forma suprema de alienação, que nos impediria de perceber, por exemplo, o Padre Vieira como um dos pré-fundadores do Iluminismo; Gonçalves Chaves como um dos expoentes do Liberalismo e das ideias abolicionistas no mundo; de relacionar a banda Secos e Molhados entre os precursores e principais entes do *Glam Rock*; etc.

Um sentimento de incompetência e de inferioridade mental que levou até mesmo intelectuais do porte de Sérgio Buarque de Holanda a afirmar que Machado de Assis – que sem favor algum pode ser compreendido como pelo menos estando no mesmo patamar de Marcel Proust – não passava de uma “flor de estufa”; ou Raymundo Faoro, que sustentou a total impossibilidade de emergência de uma cultura e

de um pensamento brasileiros. Eis um dos motivos pelos quais compreender a dinâmica sufocante do que o autor aqui nomeia de cultura geral pode ser relevante para os brasileiros.

Abrir o cânone: o caminho que vem sendo apontado desde que o sistema colonial europeu entrou em crise, que o movimento feminista e os movimentos sociais emergiram e a *Pop Art* deixou de ser vanguarda para se consolidar no *establishment*. Talvez a própria cultura ocidental, tal qual a conhecemos, erguida essencialmente sobre as colunas das tradições greco-romana e judaico-cristã, esteja já em decadência, como preconizava Oswald Spengler, investindo no relativismo comparativo e no ceticismo histórico esgrimido por Nietzsche. Ou, mais recentemente, para muito além da perspectiva reducionista e venenosa do “choque de civilizações” de Samuel Huntington, autores como Camille Paglia identificam sintomas dessa decadência no abastardamento progressivo da

política, no crescente afastamento cognitivo entre a classe dirigente civil e as classes militares, no desinteresse dos jovens pela política, no carreirismo desenfreado das classes médias e altas, no descolamento cotidiano do Homem em relação à Natureza, na fragmentação dos indivíduos e na mediocrização da arte (tanto em nível da alta cultura, em que a produção de grandes paradigmas e rupturas icônicas estaria em suspenso, quanto no plano da cultura de massas, em que a desqualificação intelectual e estilística tornou-se como nunca norma simplificadora, do que a celebração de figuras como Taylor Swift, Lady Gaga e Beyoncé, as novas divas da era digital, são atestados inquestionáveis).

No contexto dessa “guerra de posições” em torno da abertura dos cânones, o exemplo invocado pelo autor, do debate em torno da credibilidade da biografia da Nobel da Paz Rigoberta Menchú, pode não ser o mais feliz, pois a polêmica reverberou muito além da universidade norte-americana à qual pertencia

o antropólogo David Stoll (que revelou as mistificações e inconsistências da autonarrativa da célebre guatemalteca), alcançando, por exemplo, ensaios de envergadura, como o da crítica argentina Beatriz Sarlo, que nos alerta para o excesso de subjetivismo sem lastros da pós-modernidade, aviso fundamental para aqueles que, por exemplo, militam na percepção da História Oral como uma ferramenta de projeção de novas vocalizações.

É mais fácil falar do que fazer. Na esteira de críticos como Noam Chomsky, Baillargeon relaciona entre alguns dos obstáculos ao projeto de redefinição dos cânones a lógica economicista dos meios de comunicação, que não contribuiriam para a exigência de conversa democrática, pois desempenhariam papel propagandístico, unificador e simplificador, acolitando a ideia de diversão ao invés de formação de uma consciência crítica.

Cabe ao crítico engajado no processo libertário ajudar o senso comum a colocar o nariz fora d'água

e a enxergar além do pastiche midiático. Mas se o cânone pode ser identificado e interpretado pelo crítico, é estabelecido pelo artista. Então, é preciso que haja sensibilidade para percebê-lo e capacidade de analisá-lo. Porém, sem o artista promovendo grandes rupturas simbólicas ou afetando multidões, a sensibilidade do crítico bem-adestrado pode ser em vão.

Para Baillargeon, acertadamente, a cultura geral continua a ser literária e humanista, como era no século XIX, com um paradoxal desprezo para com as ciências duras, especialmente a matemática. No momento em que vivemos o apogeu da técnica e as inovações científicas nos surpreendem quase diariamente, em todos os campos, da medicina à informação, aumenta a dependência crônica das pessoas com relação à tecnologia, amplia-se a alienação coletiva sobre o funcionamento das coisas e cresce o distanciamento com relação à natureza.

Segundo Baillargeon, há

muito de pose, arrogância, vaidade e presunção na cultura geral. É aquilo que nós, brasileiros, chamamos, nos séculos XIX e XX, de cultura bacharelesca. Num conto memorável, intitulado *Teoria do Medalhão*, Machado de Assis já ironizava essa retórica afetada e perfunctória que servia de farol para o trânsito político e social. Euclides da Cunha, por sua vez, desprezava a elite literária e cortesã que macaqueava as últimas modas de Paris, estando de costas para os ínvios sertões do próprio País, com suas bênçãos e desventuras. Gilberto Freyre construiu sua obra monumental criticando o avanço do sofisma bacharelesco sobre o ocaso da velha ordem patriarcal e sincrética da colônia. O mal do bacharelismo era invocado como justificativa para toda tentativa de reforma educacional no País, dos anos 1870 ao regime militar. Para o bem e para o mal, o debate assombrou o nosso imaginário por décadas.

Como os mais vivos críticos do caldo bacharelesco entre nós,

Baillargeon parece sugerir que os vícios da pretensa cultura geral se tornam particularmente irritantes quando identificados no meio acadêmico. Acompanhando uma série de autores comprometidos com o lastro histórico e com a pesquisa de seriedade, como Pierre Vilar, Pierre Bourdieu e Camille Paglia, Baillargeon ironiza o pedantismo vazio dos *foucaultlatras* universitários, já praticamente extintos na maior parte das Humanidades, mas ainda ativos em certos nichos encapsulados, como os estudos de gênero ou segmentos autonomizados da Educação. O problema é que em países como a Itália e o Brasil, alguns desses nichos estão conseguindo influenciar políticas públicas...

Nesse sentido, fiel ao projeto Iluminista e ao projeto da modernidade, Baillargeon cerra fileiras contra a tentação relativista de que tudo é cultural, ou de que tudo seria arte. Fica, assim, evidente seu desprezo pelas fórmulas desagregadoras do multiculturalismo, enorme equívoco festejado pela esquerda

no último quartel do século XX como alternativa redentora. O relativismo pós-moderno, segundo o autor, parece estar já em declínio, mas nos fez a todos um mal enorme. De qualquer forma, o que Baillargeon parece não querer é jogar fora a criança junto com a água do banho. É para o que restou da crença no projeto educador crítico e humanista que ele se volta.

Para Baillargeon, a posse da cultura geral deveria ser inspiradora, impactando a vida cotidiana positivamente, ao permitir aos indivíduos justamente escapar do enclausuramento. Ao invés de produzir autossuficiência pedante, ela ensinaria a humildade epistêmica, o sentimento de falibilidade e a perspectiva crítica. Uma cultura comum, para ele, é algo indispensável ao prosseguimento da ideia democrática.

A receita, assim, propugna uma educação que deveria estar na contramão do utilitarismo de curto alcance, do pragmatismo e da preocupação com a rentabilidade. Uma

educação que esteja favorecendo a formação de redes de solidariedade, ao invés do espírito competitivo e do individualismo sem gravidade. Nunca o espírito crítico foi tão estratégico como na era digital. Afinal, se o conteúdo já está sendo armazenado na Internet, qual a necessidade de ainda investirmos num modelo que privilegia a transmissão de conhecimentos? O desafio reside em desenvolver uma base crítica para permitir o processamento desse conhecimento.

Baillargeon conclui com uma nota de otimismo, tão pertinente nesse nosso mundo cada vez mais sombrio: se a cultura e a educação não nos tornam necessariamente melhores, porque não encerram uma evolução em si, ambas são as únicas armas que temos para evitar o desastre completo do ambiente cultural, humanístico e natural no qual habitamos. Afinal, apenas pela cultura e pela educação podemos expandir a ideia de liberdade e a vontade de mudança.

## Nota

- <sup>1</sup> Doutor em História Social/USP, pós-doutorando em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, e colaborador *Diversitas*/USP, São Paulo. E-mail. [gunteraxt@hotmail.com](mailto:gunteraxt@hotmail.com) .